



portalbenews.com.br

PETRÓLEO Ministros expõem impasse sobre licença para Petrobras explorar foz do Rio Amazonas ▶ **p3**

SANTOS APS e ACS firmam parceria por revitalização do Centro e novo terminal de cruzeiros ▶ **p6**

Fernando Frazão/Agência Brasil



MP que beneficia o setor aéreo é aprovada

Medida Provisória do Perse isenta as companhias de pagar Pis/Pasep e do Cofins ▶ **p4**



Divulgação/IBL

Nova diretoria do Instituto Brasil Logística toma posse

Diretor-executivo do Sopesp, Ricardo Molitzas assume a presidência da entidade. Jesualdo Silva, que preside a ABTP, é o vice ▶ **p5**

TRANSPORTES Ministério cria grupo de trabalho com objetivo de otimizar transporte de cargas ▶ **HUB**

GOVERNO Frente Parlamentar da Indústria é criada e Alckmin fala em linha de crédito para o setor ▶ **p4**

RIO DE JANEIRO PF deflagra operação contra o tráfico internacional através do porto da capital ▶ **p6**

EDITORIAL

A MP do Perse e o transporte aéreo

A recente aprovação da Medida Provisória 1147, conhecida como MP do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), pelo Senado representa um passo importante para a recuperação do setor de eventos e também traz benefícios significativos para o setor aéreo. Em um momento crucial para a economia do País, a redução da carga tributária sobre o transporte aéreo demonstra o comprometimento do Governo em estimular a retomada da aviação civil e contribuir para sua popularização.

O setor aéreo enfrentou desafios sem precedentes nos últimos anos, agravados ainda mais pela pandemia de Covid-19. As perdas financeiras acumuladas pelas empresas aéreas brasileiras foram expressivas, totalizando R\$ 46,39 bilhões até 2022. Essa situação delicada demanda medidas ousadas e eficazes, como a desoneração dos tributos Pis/Pasep e Cofins, contemplada pela MP do Perse.

Ao isentar o setor aéreo do pagamento dessas contribuições no período de 2023 a 2026, o Governo Federal busca proporcionar condições favoráveis para a retomada das operações e para a recuperação econômica das empresas aéreas. A medida visa reduzir os custos operacionais, possibilitando que as companhias aéreas ofereçam tarifas mais competitivas e acessíveis ao público.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer) comemorou a aprovação da MP, ressaltando a importância dessa desoneração para o setor. As empresas aéreas têm enfrentado uma conjuntura desafiadora, com a volatilidade cambial e os altos preços do petróleo impactando significativamente seus resultados financeiros. Diante desse cenário, a redução da carga tributária representa um alento e uma oportunidade de recuperação para a aviação civil.

A popularização do transporte aéreo é um objetivo fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico do País. Ao tornar as passagens aéreas mais acessíveis, o Governo não apenas beneficia os passageiros, permitindo que mais pessoas desfrutem dos benefícios e das oportunidades oferecidas pelo transporte aéreo, mas também fortalece setores como o turismo, impulsionando o crescimento de regiões e contribuindo para a geração de empregos.

Além disso, a redução da carga tributária no transporte aéreo tem o potencial de estimular a competitividade do setor e fomentar o surgimento de novas empresas e rotas aéreas. Com uma estrutura tributária mais favorável, as companhias aéreas podem investir em modernização, expansão e melhorias na qualidade dos serviços, oferecendo opções diversificadas aos passageiros.

É importante ressaltar que a redução da carga tributária no transporte aéreo não deve ser vista apenas como uma medida conjuntural para superar a crise atual, mas como parte de uma estratégia de longo prazo para promover a sustentabilidade e o crescimento contínuo do setor. O Governo deve continuar buscando formas de aprimorar a competitividade da aviação civil, identificando oportunidades de redução de impostos e desburocratização.

A aprovação da MP do Perse é um passo significativo nessa direção, mas é fundamental que o governo mantenha o compromisso de adotar políticas que estimulem o desenvolvimento do transporte aéreo no país. Reduzir a carga tributária é uma das formas mais eficazes de tornar o transporte aéreo mais acessível e popular, beneficiando tanto as empresas do setor quanto os cidadãos brasileiros.

A medida aprovada pelo Senado é uma prova concreta de que o governo reconhece a importância estratégica do transporte aéreo para o país. Agora, é fundamental que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione a Medida Provisória sem vetos, assegurando sua implementação e permitindo que o setor aéreo possa trilhar o caminho da recuperação e do crescimento sustentável. A população brasileira aguarda ansiosamente a popularização do transporte aéreo, e é hora de transformar esse anseio em realidade.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- MP que beneficia o setor aéreo é aprovada e vai a sanção presidencial

HUB

- Ministério dos Transportes cria grupo de trabalho visando otimizar transporte de cargas

NACIONAL

- Ministros expõem impasse sobre licença para Petrobras explorar foz do Rio Amazonas

MP da reforma administrativa aprovada

- Alckmin participa de criação da Frente Parlamentar da Indústria
- Nova diretoria do Instituto Brasil Logística toma posse

REGIÃO SUDESTE

- Santos: APS e ACS firmam parceria por revitalização do Centro e novo terminal de cruzeiros

Secretário estadual de Turismo se reúne com diretoria da Autoridade Portuária

PF deflagra operação contra o tráfico internacional através do Porto do Rio de Janeiro

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena,
Vanessa Pimentel e Vitória Malafati

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

(11) 91615.1200



Transporte de cargas 1

O Ministério dos Transportes quer ampliar a eficiência e reduzir o custo do transporte de cargas no Brasil. Para isso, criou um grupo de trabalho para estudar a integração de plataformas tecnológicas e melhorar o planejamento logístico desse transporte. O objetivo, segundo a pasta, é integrar o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) e as bases da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) aos documentos fiscais (NF-e, CT-e e MDF-e), de competência dos governos estaduais.

Transporte de cargas 2

O grupo de trabalho foi criado pelo Ministério a partir da publicação de uma portaria ontem, na edição do Diário Oficial da União. De acordo com o documento, essa equipe será formada por um representante da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes, um da Senatran, um da Infra S.A. e um da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Segundo a pasta, as discussões poderão envolver outros órgãos federais, estaduais e municipais e representantes da iniciativa privada.

Transporte de cargas 3

Segundo o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, a unificação dos documentos vai possibilitar que a Infra S.A. (empresa subordinada ao Ministério) atualize o Plano Nacional de Logística (PNL) com as informações concretas sobre a locomoção de cargas no País. "São pequenas mudanças que melhoram o planejamento, economizam recursos e nos fazem prestar um melhor serviço. A ideia da cooperação é avançar no planejamento sem custos aos usuários", destacou.

Cisne Branco

Considerada a mais bela embarcação da Marinha do Brasil, o navio-veleiro Cisne Branco chegará ao Porto de Santos (SP) amanhã, dia 26. Ele atracará no Cais da Marinha, na Margem Direita do complexo marítimo, onde permanecerá até 2 de junho. No domingo, dia 28, das 8h30 às 16 horas, estará aberto ao público, que poderá visitar seu convés e conhecer detalhes sobre suas operações. A entrada será gratuita.

Ministros expõem impasse sobre licença para Petrobras explorar foz do Rio Amazonas

Titulares das pastas de Meio Ambiente e Minas e Energia falaram sobre a divergência em comissões da Câmara e do Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Alexandre Silveira defendeu no Senado o posicionamento da Petrobras pela exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas e definiu o tema como "estratégico"

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O Congresso Nacional recebeu ontem (24) a visita de dois ministros: Marina Silva, do Meio Ambiente; Alexandre Silveira, de Minas e Energia. Numa quarta-feira movimentada em Brasília, os dois expuseram aos parlamentares o bate-cabeça sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial na região da foz do Rio Amazonas. Inicialmente, os dois foram convidados por deputados e senadores para apresentarem o plano de trabalho de suas respectivas pastas.

Na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputa-

dos, a ministra Marina Silva disse que prefere sofrer injustiça a cometer injustiça. Ela se referiu à decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que negou à Petrobras a perfuração-teste no Amazonas.

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, já afirmou que a decisão do parecer é "técnica", mas fontes ligadas ao Palácio do Planalto afirmam que o posicionamento pessoal de Marina Silva influencia na deliberação do órgão.

"Se nós destruímos a legislação ambiental brasileira, as janelas de oportunidade serão fechadas. Porque neste momento, não basta a credibilidade do presidente Lula, não

basta a ministra de Meio Ambiente. O mundo vai olhar para o nosso arcabouço legal", disse Marina.

A ministra também afirmou que já apanhou "igual a couro de pisar tabaco" para dizer que o desentendimento com o Governo sobre a exploração do petróleo na foz do Amazonas não a deixa abalada.

Já no Senado, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu o posicionamento da Petrobras pela exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas e definiu o tema como "estratégico". "Não temos e não devemos ter dentro de um governo dois ou três governos. Devemos ter um único governo", afirmou.

Silveira esteve na Comissão de Infraestrutura do Senado. "Não consigo compreender não haver nas questões estratégicas a possibilidade de superarmos questões burocráticas", defendeu.

A região no Amapá que faz divisa com a Guiana é considerada o "novo pré-sal". A Petrobras defende a exploração do local, enquanto um parecer técnico do Ibama recomenda indeferir o pedido de licença ambiental feito pela empresa.

O projeto é considerado prioritário pelo Governo Federal. A Petrobras reservou US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 14,8 milhões) no plano estratégico de 2023 a 2027 para perfuração de 16 poços na área.

MP da reforma administrativa aprovada

Enquanto isso, a Medida Provisória que regulariza o novo desenho da Esplanada dos Ministérios foi aprovada na comissão mista e vai ser analisada pela Câmara dos Deputados.

O relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), retirou

algumas atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Entre as mudanças está o controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR), base de dados do governo usada para controlar desmatamento e imóveis rurais. Com a mudança, o CAR deverá

ficar com o Ministério da Gestão e Inovação.

Já a Agência Nacional de Águas (ANA) deverá ser transferida para o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

Durante a audiência de

ontem (24) na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a ministra Marina Silva afirmou que o Congresso Nacional está "depenando" o Ministério do Meio Ambiente e que a ação é um "desserviço para a sociedade".

NACIONAL

MP que beneficia o setor aéreo é aprovada e vai a sanção presidencial

Medida Provisória do Perse isenta as companhias de aviação civil do pagamento da contribuição do Pis/Pasep e do Cofins

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O Senado aprovou ontem (24) a Medida Provisória 1147. Também conhecida como MP do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), ela trata de isenções ao setor de eventos e beneficia o setor aéreo com a isenção do pagamento da contribuição do Pis/Pasep e do Cofins pelo setor aéreo para compensar os efeitos da pandemia de Covid-19 no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026.

A matéria vai a sanção presidencial. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem 15 dias para assinar o texto, fazer vetos e sancionar as medidas. Após pressão do setor do comércio, foi firmado um acordo para que dois artigos que tratam do financiamento da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) se-



Divulgação

Para a Abear, ações estruturantes, como a MP 1147, são fundamentais para que a aviação civil possa se recuperar do impacto dos últimos anos e volte a crescer

jam vetados pelo Palácio do Planalto.

Com a aprovação, o governo federal pretende arrecadar mais de R\$ 25 bilhões apenas em 2023. A Medida Provisória incorporou o teor dos textos sobre a desoneração dos combustíveis e a exclusão do ICMS dos créditos de Pis/Cofins.

O setor do comércio pressionou o Governo para suprimir os artigos 11 e 12 da matéria. Os dispositivos estabelecem que 5% da arrecadação do Sis-

tema S - Sesc e Senai - fosse destinada à Embratur. No entanto, o Palácio do Planalto optou por negociar vetar os trechos para que o texto não corresse o risco de retornar à Câmara dos Deputados, pois a MP está com prazo de validade para o próximo dia 31.

Segundo interlocutores do Ministério do Turismo, o acordo que está sendo articulado prevê que a Confederação Nacional do Comércio (CNC) envie R\$ 100 milhões à Embratur por

meio de convênios. O Governo também cogita enviar um projeto de lei para o Congresso que beneficie o setor.

Abear comemora

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) celebrou a aprovação da matéria no Congresso.

"Para o setor aéreo, esse movimento de desoneração é fundamental para a retomada das operações, além de ser uma

forma de minimizar as enormes perdas enfrentadas nos últimos anos. Os prejuízos acumulados das empresas aéreas brasileiras foram de R\$ 46,39 bilhões até 2022, e o cenário segue desafiador para 2023 com a oscilação do câmbio do dólar e do preço do petróleo", disse em nota a Abear.

"Desde o início do novo governo estamos em uma intensa agenda para sensibilização sobre como ações estruturantes, como a MP 1147, são fundamentais para que a aviação civil possa se recuperar do impacto dos últimos anos e volte a crescer de forma sustentável.

Para que isso aconteça, é fundamental que retomemos as condições de custos operacionais que já vivemos e que a população volte a ter capacidade de consumo, motivo pelo qual celebramos a aprovação dessa medida que era esperada há três anos pelo setor", comentou através do comunicado, Jurema Monteiro, presidente da Abear.

Alckmin participa de criação da Frente Parlamentar da Indústria

Vice-presidente e ministro adiantou na ocasião que o BNDES pretende anunciar nova linha de crédito "importante" para o setor

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O vice-presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, participou ontem (24) do lançamento da Frente Parla-

mentar da Indústria. Na ocasião, ele disse que aprendeu que vice "não fura titular", mas adiantou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) pretende anunciar uma nova linha de crédito "importante" para o setor da indústria.

"Amanhã (25) é o Dia da Indústria, e o presidente Lula vai

fazer alguns anúncios que eu não posso adiantar agora. Mas é importante estabelecermos essa união, governo, parlamento, setor produtivo, trabalhadores e sociedade civil", afirmou.

Na agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto com a agenda de Alckmin está previsto um encontro com re-

presentantes de entidades do setor automotivo no Palácio do Planalto. A expectativa é de que sejam anunciadas medidas de curto prazo para ampliar o acesso da população a carros novos e alavancar a cadeia produtiva ligada ao setor automotivo brasileiro.

Segundo Alckmin, Lula deve assinar uma Medida Provi-

sória com os dispositivos para o setor. Na ocasião, o Ministro defendeu o retorno do Convênio de Crédito Recíproco (CCR), mecanismo utilizado pelos países latino-americanos para concederem mutuamente financiamento à exportação.

O CRR foi descontinuado em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ministro dos Portos visita obras de túnel submerso na Bélgica



Ministério de Portos e Aeroportos

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, visitou ontem o pátio de obras do túnel submerso que está sendo construído em Zeebrugge, uma das principais cidades portuárias da Bélgica. O empreendimento utiliza a mesma tecnologia que deve ser adotada para a construção do túnel submerso a ser implantado no Porto de Santos (SP), ligando as duas margens do complexo marítimo, nas cidades de Santos e Guarujá (SP). Como o próprio ministro explica, o túnel é construído em partes no pátio e, na sequência, essas peças são levadas ao canal em cujo leito ele será instalado e, então, afundadas até a posição prevista. Quando toda a estrutura estiver montada, os acessos a suas extremidades serão escavados nas margens. Márcio França está na Bélgica participando de uma missão internacional aos portos desse país, promovida pela Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP). Confira o vídeo da visita do ministro ao pátio de obras utilizando o QR Code ao lado.

Vai estar tudo isso aqui embaixo d'água.

Nova diretoria do Instituto Brasil Logística toma posse

Ricardo Molitzas e Jesualdo Silva assumiram, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da entidade durante almoço da Frenlogi

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O Instituto Brasil Logística (IBL) realizou ontem (24) a cerimônia de posse de sua nova diretoria. Ricardo Molitzas assume a presidência da entidade, que tem como principal função fornecer projetos, estudos e informações técnicas à Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura e Logística (Frenlogi) no Senado e na Câmara. Jesualdo Silva é o vice-presidente.

O evento aconteceu durante o almoço da Frenlogi, no bloco Vanguarda do Senado. O evento contou com a presença do presidente do colegiado, senador Wellington Fagundes (PL-MT), outros parlamentares e representantes do setor.

“É uma honra ter sido rece-



Ricardo Molitzas (à direita) é diretor-executivo do Sopesp e presidente do Conselho do Santos Export; Jesualdo Silva preside a ABTP

bido pelo presidente da Frenlogi, senador Wellington, no almoço da Frenlogi para tomar posse,

junto ao parceiro Jesualdo Silva. Temos um grande desafio pela frente. O Brasil precisa de

mais investimentos em infraestrutura e logística e temos o dever de fazer avançar pautas fundamentais, como sustentação técnica da Frenlogi”, ressaltou Ricardo Molitzas. O novo presidente do IBL é diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e presidente do Conselho do Santos Export.

Já o vice Jesualdo Silva preside a ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários). Para ele, a Frenlogi tem um olhar progressivo para a logística e infraestrutura brasileira.

“A ABTP defende que as ações de infraestrutura sejam de estado e não de governo para garantir o desenvolvimento e competitividade no país. O IBL, da qual agora assumo a vice-presidência, se empenhará em dar sustentação técnica à

“
O BRASIL PRECISA DE MAIS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E TEMOS O DEVER DE FAZER AVANÇAR PAUTAS FUNDAMENTAIS, COMO SUSTENTAÇÃO TÉCNICA DA FRENLOGI”

RICARDO MOLITZAS
novo presidente do IBL

Frenlogi para atingirmos tal objetivo”, destacou.

O IBL foi idealizado em 2015 com o objetivo de promover sinergia entre os diferentes modais de transporte possíveis no país, trabalhando sempre em conjunto com a sociedade civil. É uma entidade privada, sem fins lucrativos.

NORDESTE EXPORT 2023 JOÃO PESSOA - PB

19 E 20 DE JUNHO



Visita técnica em navegação ao Porto de Cabedelo

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

Fotos: Thiago C Marques

BE NEWS

NORDESTE EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

REGIÃO SUDESTE

Santos: APS e ACS firmam parceria por revitalização do Centro e novo terminal de cruzeiros

A partir dessa semana, a Associação Comercial da cidade passa a integrar a comissão que trata do túnel Santos-Guarujá

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

As diretorias da Autoridade Portuária de Santos (APS) e da Associação Comercial de Santos estiveram reunidas no início da semana para tratar de assuntos voltados a obras e projetos que envolvem diretamente o Porto de Santos. No encontro, as duas entidades firmaram uma parceria de interesse para assuntos específicos, tais como a revitalização do Centro Histórico e a transferência do terminal de cruzeiros.

A reunião teve a presença de Anderson Pomini, diretor-presidente da APS, e Mauro Sammarco, presidente da ACS. Além da parceria para a revitali-



Divulgação/ACS

O presidente da ACS, Mauro Sammarco, recebeu na sede da associação o presidente da APS, Anderson Pomini

zação do Centro Histórico e a transferência do terminal de passageiros, as entidades debateram outras pautas, tais como a luta pela terceira pista de descida Planalto-Planície e também o Programa de Visitação ao Canal do Porto. A reunião ocorreu na sede da Associação, no centro da cidade.

Conforme anunciado por Pomini, a ACS já passou a integrar as reuniões da Comissão do Túnel Santos-Guarujá, que reúne representantes da Autoridade Portuária, das prefeituras de ambos os municípios, e também do Ministério de Portos e Aeroportos, representando o Governo Federal.

De acordo com a APS, a Associação Comercial de Santos terá uma participação efetiva nos encontros semanais, podendo sugerir parcerias com vistas à formação de novas

gerações para atuar no setor portuário, bem como medidas para incrementar o Parque Tecnológico de Santos e valorizar setores exportadores, como os do café e do açúcar.

Ontem, a Comissão do Túnel Santos-Guarujá se reuniu na sede da Autoridade Portuária de Santos, já com a presença de representantes da ACS.

“A participação da Associação Comercial de Santos é vital para o andamento de pautas que interessam a comunidade portuária, o comércio e a população de Santos e região”, declarou Pomini.

Outros temas discutidos no encontro com a ACS foram a dragagem, no qual a APS espera publicar o edital de concessão no ano que vem, a zeladoria das perimetrais e a VTMS, sistema de auxílio eletrônico à navegação.

Secretário estadual de Turismo se reúne com diretoria da Autoridade Portuária

O secretário estadual de Turismo, Roberto de Lucena, cumpriu agenda na cidade de Santos (SP) na última semana e se reuniu com a diretoria da Autoridade Portuária de Santos (APS), na sede da companhia.

Vários assuntos estiveram em pauta. Entre eles o novo Terminal de Passageiros no Valongo, berços para operação dos navios de cruzeiros, um terminal de abastecimento com combustível GNL (Gás Natural

Liquefeito) e um terminal de fornecimento de energia elétrica para os navios.

O encontro teve a presença do presidente da APS, Anderson Pomini; Marco Ferraz, presidente da Cila Brasil e do Conselho de Turismo da FecomercioSP; Renê Hermann, diretor-presidente da Costa Cruzeiros; Marcia Leite, diretora de operações da MSC; e Sueli Martinez, diretora de Operações do Terminal de Passageiros Concais.

“Essa união entre as empresas de Cruzeiros, o Concais SA e o Porto de Santos vai, certamente, melhorar a infraestrutura para embarque e desembarque de cruzeiristas, e fomentar ainda mais o turismo na região”, avaliou o secretário, em postagem feita em suas redes sociais sobre o encontro.

O novo Terminal de Passageiros no Valongo foi um dos temas da conversa entre Roberto de Lucena e a diretoria da APS



Reprodução/Instagram/Roberto de Lucena

PF deflagra operação contra o tráfico internacional através do Porto do Rio de Janeiro

Duas pessoas, incluindo um mergulhador profissional, foram presas durante a Operação Novos Rumos

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira a Operação Novos Rumos, que investiga uma organização criminosa envolvida no envio de cocaína para a Europa através de navios no Rio de Janeiro. Segundo as autoridades, pelo menos duas

pessoas foram presas e cerca de uma tonelada e meia da droga já foi apreendida no decorrer das investigações.

Policiais federais do Rio cumpriram quatro mandados de prisão preventiva e seis mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, em endereços localizados na capital e nos municípios de Magé e Niterói.

De acordo com a linha de investigação da PF, a organização criminosa é vinculada ao Comando Vermelho, principal facção criminosa do Rio de Janeiro. A área de atuação do grupo era armazenar diversas quantidades de drogas em depósitos localizados em comunidades na Cidade, para depois serem inseridos de forma clandestina em embarcações que eram destinadas ao continente

europeu.

Segundo a Polícia Federal, a organização contava com o apoio de funcionários contratados do Porto do Rio de Janeiro, para assim ter acesso ao destino final dos navios de interesse. Estes funcionários apresentavam as rotas das embarcações atracadas no Rio de Janeiro.

A responsabilidade para a colocação da droga nos navios ficavam a cargo de mergulha-

dores profissionais, que eram contratados da organização criminosa. De acordo com a PF, a cocaína era extraída em sua forma mais pura, o cloridrato de cocaína.

Na operação, foram apreendidos um carro, telefones celulares, computadores e diversos documentos. Entre os dois presos, um deles era mergulhador profissional, integrante da quadrilha.